

Equívocos de uma Casa da Cultura e do artista francano

Misunderstandings about a cultural house and the franca artist

Mauro Ferreira¹; Daniele Caroline David²

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre a política pública cultural local através da implantação, pela Prefeitura Municipal de Franca (SP), da “Casa da Cultura e do Artista Francano” e como a mesma vem, ainda em obras, interferindo no setor cultural da cidade. Os procedimentos metodológicos empregados incluem a coleta de informações e dados do projeto de arquitetura junto à imprensa e à Prefeitura sobre a obra, o registro fotográfico do local antes e durante as obras e uma revisão bibliográfica sobre a implantação de unidades culturais em regiões centrais das cidades médias e grandes no Brasil, como fatores de desenvolvimento econômico e social (Vargas & Castilho, 2006). Através das informações e elementos obtidos elaborou-se análise crítica sobre a obra em questão, anunciada em 2011, embora desde 2003 já existissem discussões sobre o assunto. Dentre os pontos analisados, destacam-se o local de implantação da Casa da Cultura, na região central da cidade e a justificativa utilizada pela municipalidade, da preservação da memória local. Outro aspecto analisado é a questão do partido arquitetônico e a proposta adotada para construção do edifício, considerando o projeto divulgado na imprensa, bem como seu programa de necessidades, prazos de execução e as possíveis alterações projetuais perceptíveis na execução do mesmo. Com isso, foi possível avaliar o processo de implantação desse novo equipamento cultural da cidade e como irá interferir no setor cultural no meio urbano e se atende às metas do Plano Nacional de Cultura (Minc, 2012), já que Franca se mostra deficitária nesse setor, verificando-se que as demais regiões de planejamento (norte, sul, leste e oeste) previstas em lei (Franca, 2014) não possuem nenhum equipamento público de cultura e sua localização apenas reforça a exclusão de grande parcela da população em usufruir das políticas públicas culturais, em desacordo com as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus (Minc/IBRAM, 2010) e que não irá resolver a precariedade e dificuldades de acesso atuais.

Palavras-chave: Cultura; Arquitetura; Preservação.

Abstract: The objective of this study is to reflect about a local public cultural politics through the implantation of a “Cultural House and the Franca Artist” by the Franca City Hall, and how that House has been interfering in the cultural sector of the city, even being still in construction. The methodology includes the construction data collection and information on its architecture project with the press and the City Hall, the photographic register about the local before and during the construction and a bibliographic review about the implantation of cultural units in central regions of medium and big cities in Brazil, such as social and economic development factors (Vargas & Castilho, 2006). Through the information and elements obtained a critical analysis about the construction in question was carried out in 2011, although there have been discussions about this topic since 2003. Among the issues analyzed, two of them were highlighted - the implantation site of the Cultural House in the central part of the city and the justification used by the municipality, for the preservation of the local memory. Another aspect analyzed is the matter of the architecture party and the proposition adopted for the building construction, considering the project announced in the media as well as its program of needs, deadlines and the possible project alterations realized during execution. With all this, it was possible to evaluate the implantation process of this city new cultural instrument and how it will interfere with the cultural sector in the urban atmosphere and if it meets the objectives of the National Cultural Plan (Minc, 2012), since Franca shows to have a deficit in this sector, checking that the other planning regions (north, south, east and west), supported by law (Franca, 2014) do not own any public cultural instrument and its location only reinforces the exclusion of a great part of the population to participate in the public cultural politics, in disagreement with the Museum Sectoral National Plan (Minc/IBRAM, 2010) which will not solve the precariousness and difficulties of the current access.

Keywords: Culture; Architecture; Preservation.

CONTEXTO HISTÓRICO

As soluções para a habitação social no Brasil, mesmo antes da criação do extinto BNH, sempre foram pautadas por uma dura realidade: a crônica falta de moradias e a má distribuição de renda no país produziram

a ocupação de áreas de risco e lugares inadequados para edificar pelas classes trabalhadoras, constituindo favelas, mocambos, palafitas, habitações precárias, inseguras e insalubres.

Franca (SP), cidade de médio porte localizada no

¹Docente da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG); Professor e pesquisador do LabDES (UNESP - Franca); bolsista pós-doc FAPESP. Email: mauroferreira52@yahoo.com.br

²Estudante de Arquitetura e Urbanismo da UNIFRAN - Franca (SP)

extremo nordeste paulista e caracterizada por sua importante indústria calçadista, possui 336.734 mil habitantes em 2013¹, não foi exceção neste quadro, pois ocupações de áreas públicas e habitações de risco sempre existiram ao longo de sua história. No entanto, houve momentos em que existiram investimentos em habitação na região central da cidade, a despeito de sua expansão horizontal marcada por uma periferia habitacional extensiva e rarefeita, mostrada em vários estudos como de FELDMAN (2002), CHIQUITO (2006), FUENTES (2006) e FERREIRA (2007).

Neste sentido, interessa verificar outros modos de produção de moradias para a população de renda mais baixa em locais privilegiados por infraestrutura e boa localização, como a produção rentista por capitalistas que preferiam aplicar parte de seus recursos em moradias de aluguel, apesar da política governamental caminhar em direção oposta. Para BONDUKI (1998:241), “a Lei do Inquilinato funcionou como instrumento de política econômica, no sentido de desestimular os investimentos imobiliários e assim redirecionar os recursos internos, sob a forma de capital, para a implementação e o fortalecimento do parque industrial”.

Em 1942, o ditador Getúlio Vargas decretou a proibição do aumento de aluguéis², dentro de sua política de tentar conter a insatisfação popular com a alta de preços, a inflação e o desemprego urbano por medidas populistas e de aplicabilidade remota. A crescente urbanização e a falta de uma política habitacional consistente (na prática, realizada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs), era suprida parcialmente pelos investimentos privados em moradias de aluguel. A proibição formal de reajustes, porém, seria de difícil controle pelo governo, numa situação de expansão urbana, de crescente industrialização e urbanização. Mesmo com os riscos e insegurança gerados pela Lei do Inquilinato, a garantia da propriedade imobiliária era um ativo de alta liquidez, motivo pelo qual muitos empresários continuaram aplicando em imóveis de locação (BONDUKI, 1998).

Após o final da ditadura Vargas, em 1945, esta situação não teve seu panorama modificado. Em Franca, um conjunto de sete pequenas moradias, construídas logo após o final da II Guerra Mundial forneciam testemunho significativo desta forma de produzir moradia para famílias de menor renda em zona central da cidade, próximas à praça de Nossa Senhora da Conceição, entre as ruas doutor Alcindo Conrado (antiga rua Silva Jardim), Monsenhor Rosa e praça Carlos Pacheco de Macedo. Naquela época, a cidade tinha aproximadamente trinta mil habitantes na zona urbana e sua economia ainda girava em torno da produção agropastoril, pois a indústria

calçadista local estava iniciando a decolagem do seu processo de modernização (FERREIRA, 1989).

As casas foram construídas a mando de Elias Motta, um dos pioneiros da indústria coureira em Franca que, para isso, contratou o construtor licenciado Nilo Pirro e o projetista José Garcia. São casas geminadas, com um programa bastante simples, destinado a famílias de trabalhadores de baixa renda e com poucos filhos: um pequeno alpendre, uma sala, dois dormitórios, uma cozinha, um banheiro e uma área de serviço³.

Numa delas, nasceu a atriz de teatro, cinema e TV Regina Blois Duarte, em 5 de fevereiro de 1947, filha de um militar, instrutor do Tiro de Guerra de Franca. A certidão de nascimento da atriz define o endereço do nascimento como Rua Silva Jardim, 322, cuja denominação foi posteriormente alterada para Rua Doutor Alcindo Ribeiro Conrado⁴. As construções foram feitas por etapas: primeiro as duas casas geminadas voltadas para a rua Silva Jardim (onde nasceu Regina Duarte), posteriormente as duas também iguais, com a mesma solução arquitetônica, voltadas para a praça Carlos Pacheco, e finalmente as três voltadas para a rua Monsenhor Rosa. O Tiro de Guerra, naquela época, realizava sua instrução no descampado que é hoje a Praça Carlos Pacheco, provavelmente um dos motivos que levaram o pai da futura atriz a morar nas proximidades.

A área construída das edificações varia entre 60 e 86 m² e durante pelo menos três décadas foram basicamente alugadas como habitação⁵. Apesar do programa bastante simples para as moradias, houve uma preocupação estética com a aparência das edificações no projeto, através do uso de pilaretes pré-moldados torneados, detalhes de frisos, paredes recortadas inclinadas, concordâncias de vão em curvas. Os materiais empregados na construção foram usuais do período na cidade: paredes construídas com tijolos cerâmicos maciços, rebocados; esquadrias de portas e venezianas em madeira e aberturas basculantes em ferro. A estrutura do telhado é de madeira, com telhas francesas cerâmicas na cobertura. O forro era de tábuas, menos na cozinha, onde uma treliça foi utilizada para escape da fumaça do fogão a lenha.

Com o desenvolvimento da cidade e a transformação da região, bastante próxima à praça central da ci-

¹ Estimativa populacional em 2013 a partir de censo realizado em 2010 pelo IBGE.

² Decreto-lei n. 4598, de 20 de agosto de 1942, iniciou a segunda fase da legislação do inquilinato na era Vargas.

³ Não conseguimos localizar o projeto aprovado das duas primeiras unidades, (aquelas situadas à rua dr. Alcindo Conrado, números 1516 e 1522) porém elas eram iguais às situadas de frente a rua Oscar Brasilino Santos números 1513 e 1521 (praça Carlos Pacheco), aprovadas pela Prefeitura em 8 de setembro de 1948. As outras três unidades foram aprovadas em 23 de setembro de 1948, voltadas para a rua Monsenhor Rosa, números 387, 1393 e 1399. Pode-se pressupor que, na verdade, elas tenham até sido construídas antes ou que já estivessem em obras, tratando-se de uma regularização, prática não pouco usual naquele período.

⁴ Cópia da certidão de nascimento, Processo número 30.132/2003, folha 12, Prefeitura Municipal de Franca.

⁵ Cf. plantas aprovadas pela Prefeitura Municipal e arquivadas no Cadastro Municipal.

dade e dos seus principais estabelecimentos comerciais e bancários, as habitações foram se transformando em escritórios, lojas e “repúblicas” estudantis, geralmente de alunos do campus da UNESP, que ficava apenas dois quarteirões do local, mas o conjunto ainda guardava parte significativa de suas feições originais.

A CASA DA CULTURA E DO ARTISTA FRANCANO

• Local de Implantação

Por volta de 2003, um editor de revistas⁶ local sugeriu a ideia de implantar um novo equipamento cultural a partir da doação de figurinos utilizados pela atriz Regina Duarte, na casa onde ela nasceu e o CONDEPHAT municipal, à época, estudou a possibilidade de tombá-la, o que não ocorreu até o final da gestão municipal 2001-2004.

Em 2009, já em outra gestão, a prefeitura desapropriou os sete imóveis do conjunto⁷ e removeu seus usuários de imediato mediante decisão judicial, justificadas pela construção da Casa da Cultura e do Artista Francano que abrigaria o acervo a ser doado pela artista. A prefeitura depositou em juízo o valor avaliado diante da recusa à desapropriação dos proprietários do imóvel e obteve a imissão de posse dos imóveis. Foram gastos na desapropriação R\$ 1.121.625,87 milhão de reais, sem contar os valores dos processos movidos pelos proprietários e locatários expulsos, que podem se transformar em precatórios para futuras administrações, pois até o momento a ação não foi concluída⁸.

Segundo entrevista do prefeito à época de divulgação do projeto, “além de abrigar a casa de uma artista nacional, o conjunto conta um pouco da história da habitação social de Franca”, acrescentando que o conjunto guarda uma porção da paisagem urbana típica do início dos anos 50. No primeiro piso, será preservada a casa onde nasceu Regina Duarte, tanto no seu aspecto interno como externo⁹.

Em visita do governador do Estado à cidade em 28 de fevereiro de 2011, anunciou-se oficialmente que no local seria erguida uma casa da cultura em três pavimentos, sendo liberado pelo Estado o valor de três milhões de reais para as obras através de convênio com o Município.

Sua construção foi iniciada em julho de 2012, com previsão contratual inicial de finalização em 240

dias¹⁰, mas sua entrega ocorreu somente em maio de 2014, após duas prorrogações de prazo justificadas pela Prefeitura pelas dificuldades de trabalhar no centro da cidade e pelas chuvas. Para a diretora de fiscalização de obras públicas de Franca, Gilcelene Nicolau Silva, esse atraso nem deveria ser caracterizado como tal. “O edital da obra foi feito com um prazo inadequado. Uma obra daquela não se faz em nove meses. O tempo era insuficiente”, afirmou. “É uma obra de enorme complexidade, feita em um local muito delicado e muito movimentado (MARTINS, 2013)”.

• O Projeto

O edifício, licitado com projeto desenvolvido pela própria prefeitura, tem um programa ambicioso: um teatro, o “museu da Regina Duarte”, espaços administrativos, cafeteria, espaços expositivos e outras atividades artísticas e culturais, com área construída prevista de aproximadamente mil e duzentos metros quadrados.

Trata-se de um “cubo” imaginário dividido em duas partes com três pavimentos (Figura 1). Seus acessos principais se darão pela Praça Carlos Pacheco e pela rua dos fundos (Alcindo Conrado), que atravessa o corpo do “cubo”, como uma rua coberta e tem sobre si as pontes que interligam os pavimentos superiores. Ao invés de preservar e recuperar os imóveis habitacionais existentes como sugerira o CONDEPHAT em 2003 e como havia dito o prefeito, eles foram demolidos, erguendo-se o “cubo” dentro do vazio gerado pela demolição, mantendo apenas partes da fachada de alguns deles (na verdade uma falsa fachada que funciona como um tapume fora de lugar) (Figura 2). Os vãos decorrentes do projeto original das moradias ou mesmo os modificados ao longo do tempo foram preenchidos com tijolos e rebocados com argamassa, vedando a visibilidade interna do térreo. A Carta de Veneza, documento internacional que define diretrizes para intervenções em obras de interesse histórico, foi desconhecida pelo projeto. Suas recomendações, como dos artigos abaixo, foram ignoradas pelo projeto de arquitetura, pois afinal, para que conservar fachadas (como um cenário inútil), se era a moradia proletária (principalmente aquela onde nasceu a atriz), que desapareceu, o mais importante a preservar?

Art 5º A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afetação a uma função útil à sociedade: tal afetação é pois desejável mas não deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber e que se pode autorizar as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes checar os principais aspectos. Artº 6º - A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando subsiste

⁶O empresário e editor César Colleti, amigo pessoal da atriz Regina Duarte. Ver revista Enfoque, nº 121, julho/2011 – p.52-56.

⁷Decretos ns. 9.384, de 10 de dezembro de 2009 e 9.400, de 07 de janeiro de 2010, declararam de utilidade pública os imóveis pela Prefeitura Municipal de Franca com vistas a implantar a Casa da Cultura e do Artista Francano.

⁸Processo nº 196.01.2010.000963-7/000000-000 - nº ordem 64/2010 - Possessórias em geral - MUNICÍPIO DE FRANCA X ELIAS DE OLIVEIRA MOTTA E OUTROS – COMARCA DE FRANCA TERCEIRA VARA CÍVEL.

⁹Revista Enfoque Franca – julho 2011, p. 55.

¹⁰PORTAL GCN. Disponível em :<<http://www.gcn.net.br/noticia/168580/franca/2012/04/CASA-DA-CULTURA-D0-ARTISTA-FRANCANO-ENTRA-EM-FASE-DE-LICITACA0-168580>> Acesso em: 29 abr. 2014.

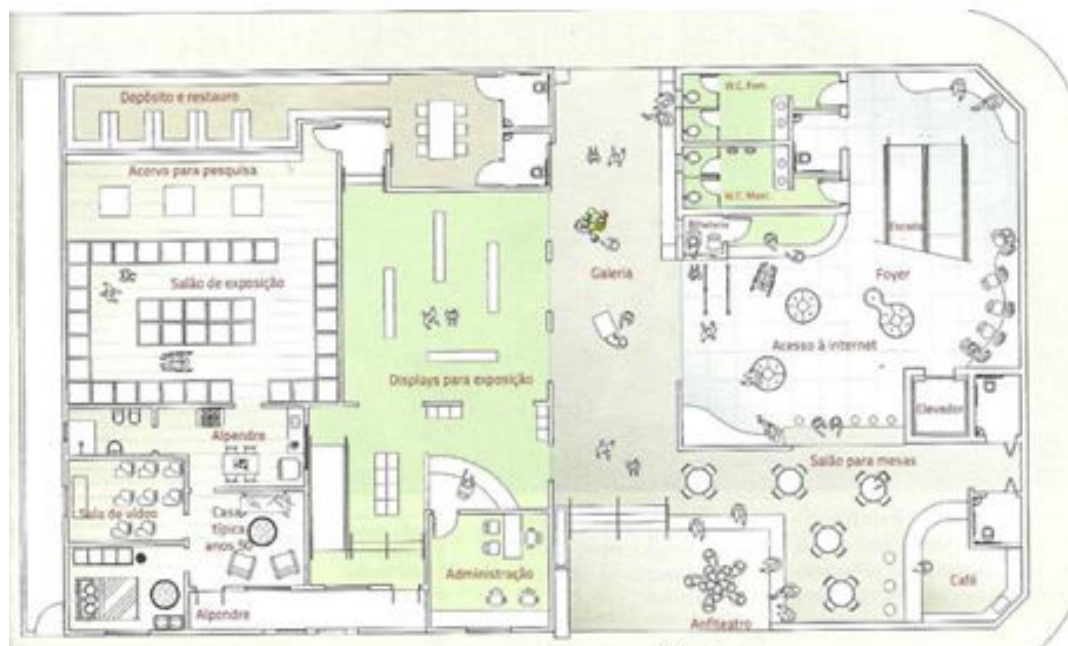


Figura1: Planta do pavimento térreo da Casa da Cultura (ENFOQUE, 2011:53).

Fonte: Um moderno Centro Cultural para Franca. Enfoque Franca, Franca-SP, n. 121, p. 53, jul, 2011.

o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer distribuição e qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor, devem ser prescritos. (IPHAN, 1964:2).

Provavelmente em função das sucessivas alterações no projeto arquitetônico original, a falta de detalhamento adequado gerou situações que causam estranheza: levantou-se o centro da platibanda para esconder a cumeira do telhado, gerando um ruído na fachada externa do “cubo”. O revestimento do “cubo” e suas empenas rebocadas e pintadas com tinta látex vão gerar contínua necessidade de manutenção, ação em que, geralmente, prefeituras não são bem avaliadas. As aberturas com vidro temperado, aparentemente não obedecem às áreas mínimas para ventilação e iluminação naturais exigidas pelo Código de Obras do município e não foi executado um sistema de ar condicionado. Não foi prevista nenhuma vaga de estacionamento na edificação, apesar da exigência legal, numa área objeto de acirrado debate sobre a falta de vagas para veículos entre várias entidades comerciais e a prefeitura, que gerou uma carta aberta à população publicada na imprensa local pela Associação Comercial e Industrial de Franca - ACIF, com críticas à Prefeitura.¹¹

Os usuários, ao descer pelas escadarias (cujo projeto interno foi bastante alterado em relação à Figura 1) no pavimento térreo deparam-se com curvas de 90° e redução da largura da saída, dificultando o trânsito de

pessoas e uso de eventual rota de fuga. A rampa construída, que não constava do projeto inicial, não obedece às normas da NBR-9050, com larguras diferentes em quatro trechos. Observações iniciais do prédio recém-inaugurado mostram inúmeras outras patologias de projeto e execução, porém para descrevê-las seria necessário estudar com maior detalhe o edifício, o que não foi possível, pois os autores não conseguiram acesso aos projetos efetivamente utilizados na obra e sequer ao real autor do projeto de arquitetura.

CONCLUSÃO

Os equipamentos públicos culturais de Franca são insuficientes para o porte da cidade. São apenas sete equipamentos, inseridos em um diâmetro de três quilômetros a partir da praça e região central da cidade.

Em sua maioria, os equipamentos estão instalados em edificações adaptadas que necessitam de urgentes obras de conservação e restauração, como o Museu Histórico e a Biblioteca da Estação. Um rápido olhar sobre o mapa da cidade permite constatar que regiões populosas como Aeroporto ou Leporace não possuem nenhum equipamento cultural da prefeitura, demonstrando a precariedade e a falta de investimentos do governo no setor. A implantação da Casa da Cultura e do Artista Francano no local escolhido local e com as feições adotadas por sua arquitetura abre margens para discussão sobre o setor cultural da cidade, sua distribuição espacial e função social.

Equipamentos culturais, para funcionar, não precisam ser obras novas, faraônicas ou consumir muito

¹¹Disponível em: < <http://www.acifranca.com.br/noticias1.asp?codigo=832>> Acesso em: 29 abr. 2014.



Figura 2. (a), (b) e (c) Situação dos imóveis onde seria construída a futura Casa da Cultura em 2003; (d) Fachada mantida das habitações que ali existiam.

Fonte: Autoria e arquivo Mauro Ferreira

dinheiro público. Seus programas, objeto de concurso público de projetos, deveriam ser elaborados a partir de um processo prévio de discussão com criadores, produtores de cultura, usuários e especialmente artistas, no sentido de que sua arquitetura e funcionamento atendam suas necessidades e aspirações. Governantes autocráticos erram sempre. Ao decidir sozinho, como um faraó, o administrador terá erigido, à sua feição e semelhança, sua pirâmide a ser inaugurada com discursos, pompa e circunstância. Mas terá valido a pena para a cidade investir milhões de reais para tal resultado?

O edifício, que já custou no mínimo R\$ 3,8 milhões aos contribuintes, não resolve os principais problemas do setor cultural, da preservação do patrimônio histórico e da região central. Ao contrário, sua construção só exacerbava a acintosa falta de diálogo, insensibilidade e descaso da administração municipal com a cidade, sua arquitetura, cultura e patrimônio.

REFERÊNCIAS

ACIF. Disponível em: <<http://www.acifranca.com.br/noticias1.asp?codigo=832>> Acesso: 29 abr. 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

CHIQUITO, Elisângela. **Expansão Urbana e Meio Ambiente nas Cidades não-metropolitanas: o caso de Franca - SP.** São Carlos: EESC/USP. 2006.

ENFOQUE. n.º 121, julho/2011 – p.52-56. Franca: Izzon, 2011.

FELDMAN, Sarah (coord.) **Relatório da Pesquisa Programas de Gestão Integrada para o Município de Franca.** São Carlos: FAPESP/ EESCUSP:2002.

FUENTES, Maria Cecilia Sodré. **Conjunto Residencial Parque Vicente Leporace: marco de novas concepções urbanísticas na trajetória do BNH.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos: UFSCar, 2006.

FERREIRA, Mauro. **O Espaço Edificado e a Indústria Calçadista de Franca.** Dissertação de Mestrado, São Carlos: EESC/USP, 1989.

_____. **Planejamento Urbano nos tempos do SER-FHAU: o processo de construção e implementação**

do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca. São Carlos: EESC/USP, 2007.

GCN. Disponível em :< <http://www.gcn.net.br/noticia/168580/franca/2012/04/CASA-DA-CULTURA-DO-ARTISTA-FRANCANO-ENTRA-EM-FASE-DE-LICITACA0-168580>> Acesso em: 29 abr. 2014.

IPHAN. Disponível em :< <http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 29 abr. 2014

MARTINS, Paulo Comércio da Franca. Franca, 16 Ago. 2013. Caderno local p.03.